



**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE GAMELEIRA/PE**

**PROCESSO N. 00001771920198172630**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **SEBASTIANA MARIA FERREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

GAMELEIRA, 25 de maio de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

**RAZÕES DO RECURSO**

**COLENDIA CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

Pertinente destacar, com base em toda documentação constante dos presentes autos, que o sinistro noticiado pela parte apelada não se trata de acidente de trânsito, portanto, sem cobertura pelo Seguro DPVAT e consequentemente incabível a presente ação.

**DA AUSÊNCIA DE COBERTURA – ACIDENTE COM TRATOR/MAQUINÁRIO AGRÍCOLA**

O apelado alega que a vítima sofreu acidente de trânsito quando se locomovia utilizando **TRATOR** e requer a indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente.

Contudo, o sinistro não possui cobertura do Seguro DPVAT, em razão do veículo automotor não estar obrigado ao licenciamento, conforme determina a Resolução 332 da SUSEP:

*Art. 40. Os veículos que não estejam obrigados ao licenciamento, por força da legislação vigente, estão automaticamente excluídos do Seguro DPVAT, não estando, portanto, sujeitos ao pagamento de prêmio.*

A Lei 13.154/15 alterou o Código de Trânsito Brasileiro no que se refere ao registro e licenciamento dos tratores. Em seu artigo 115, dispensou o licenciamento e emplacamento dos tratores e maquinários agrícolas, tornando obrigatório apenas o registro na repartição competente:

*Art. 115.*

*§ 4o Os aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos de construção ou de pavimentação são sujeitos ao registro na repartição competente, se transitarem em via pública, dispensados o licenciamento e o emplacamento (grifos nossos)*

*§ 4o-A. Os tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas, desde que facultados a transitar em via pública, são sujeitos ao registro único, sem ônus, em cadastro específico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, acessível aos componentes do Sistema Nacional de Trânsito. (grifos nossos)*

ASSIM, O SINISTRO NARRADO NOS AUTOS NÃO POSSUI COBERTURA, VISTO QUE O “APARELHO AUTOMOTOR” NÃO ESTÁ SUJEITO AO PAGAMENTO DO PRÊMIO, LOGO EXCLUÍDO AUTOMATICAMENTE DO SEGURO DPVAT, PORTANTO, O PEDIDO DO APELADO DEVE SER JULGADO IMPROCEDENTE.

**FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE- ÓBITO EM DECORRÊNCIA DE ASFIXIA POR AFOGAMENTO**

A Lei que regula a indenização do seguro DPVAT determina que que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a morte e o acidente noticiado.

As partes autoras apenas alegaram os fatos despidas de qualquer aparato comprobatório da morte ocasionado por acidente automobilístico e de que seja os reais sucessores do de cujus.

Não há qualquer documento nos autos que comprove que a vítima teria falecido em decorrência do acidente de trânsito.

Ao contrário do que foi alegado na exordial, o laudo acostado aos autos atesta que a vítima faleceu por asfixia em decorrência de afogamento, vejamos:

1ª Qual a causa da morte? **ASFIXIA POR AFOGAMENTO.**  
2ª Qual o instrumento ou o meio que produziu a morte? **ENERGIA FÍSICO-QUÍMICA.**  
3ª Foi ocasionada pelo emprego de veneno, fogo, explosão, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que possa resultar perigo comum? **SIM. ASFIXIA POR AFOGAMENTO.**

\*\*\* HISTÓRICO - DESCRIÇÃO - DISCUSSÃO - CONCLUSÃO \*\*\*  
\*\*\*HISTÓRICO: O corpo deu entrada no IML às 20:15 horas, do dia 13 de julho de 2016 com Bit de referência, que diz: "Acidente de Trânsito. Condutor." Óbito em 13/07/2016. DESCRIÇÃO: EXAME EXTERNO: Corpo de adulto do sexo masculino, molhado e completamente sujo de lama e barro, em todos os seus segmentos. Em rigidez cadavérica, resfriamento corpóreo, midríase bilateral, opacificação das córneas. Não apresenta sinais de traumatismo externo. boca e narinas contendo lama. EXAME INTERNO- TRONCO: Feito incisão incerto-púbica com rebatimento do plastrão esternal. Órgãos e cavidades do tronco anatomicamente dispostos e sem sinais de traumatismo. Pulmões congestionados, com manchas escuras e petéquias subpleurais. Traqueia e brônquios contendo lama e arca presente também nos cortes do parênquima pulmonar. Coração de volume normal com petéquias subpleurais. Estômago com de líquido turvo cor de lama marrom. Fígado de cor vinhosa e superfície lisa. Baço e rins sem anormalidades. Ausência de traumatismo nos órgãos e cavidades do tronco. CABEÇA: Incisão timastoidiana com rebatimento do couro cabeludo e abertura circular da calvária. Edema cerebral moderado. Ausência de sangramento extra ou intracraniano ou necrose cerebral. Não apresenta sinais de traumatismo extra ou intracraniano. **CONCLUSÃO: ASFIXIA POR AFOGAMENTO.** O cadáver foi submetido à exame dactiloscópico e documentação fotográfica.  
Lido e achado correto o médico legista que assina Dr. ANTÔNIO AUGUSTO SANTOS CARVALHO - CRM: 4823.

Ademais a certidão e óbito também informa que a morte da vítima se deu devido a um AFOGAMENTO, vejamos:

da José  
Gama  
Cleide de Sousa  
Fabiano Sousa Arruda

**CERTIDÃO DE ÓBITO**  
NOME  
**VALDEMIR JOSÉ DA SILVA**  
MATRÍCULA  
**074757.01.55.2016.4.00008.169.0004568-36**

SEXO Masculino	DE COR Parda	ESTADO CIVIL E IDADE Estado Civil Casado, com 51 (cinquenta e um) anos de idade	
NATURALIDADE Ribeirão - PE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO RG n.º 2.786.034 SSP-PE		ELEITOR Sim
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA Filho de Valdemar José da Silva e de Maria Francelina da Silva. O falecido residia no Engenho Taquara, zona rural, Ribeirão - PE			
DATA E HORA DE FALECIMENTO Treze de julho de dois mil e dezesseis, à hora não declarada		DIA 13	MES 07
LOCAL DE FALECIMENTO Via Pública: Engenho Belo Prado, Zona Rural, Gameleira-PE		ANO 2016	
CAUSA DA MORTE Asfixia por Afogamento			

O eminente jurista RUI STOCO[1], em sua ilustre obra, tece comentários acerca do Nexo Causal, da seguinte forma:

*“Na etiologia da responsabilidade civil, estão presentes três elementos, ditos essenciais na doutrina subjetivista: a ofensa a uma norma preexistente ou erro de conduta; um dano; e o nexo de causalidade entre uma e outro.”*

Adverte Caio Mario ser “este o mais delicado dos elementos da responsabilidade civil e o mais difícil de ser determinado”.

Aliás, sempre que um problema jurídico vai ter na indagação ou na pesquisa da causa, desponta a sua complexidade maior.

Mesmo que haja culpa e dano, não existe obrigação de reparar, se entre ambos não se estabelecer a relação causal.

Como explica Genéviève Viney[2]:

*“(...) cabe ao jurista verificar se entre os dois fatos conhecidos (o fato danoso e o próprio dano) existe um vínculo de causalidade suficientemente caracterizado.”*

A jurisprudência, por seu turno, imputa o ônus probatório aos Autores, quanto à demonstração do nexo causal, conforme se verifica das seguintes ementas:

*“A prova do nexo de causalidade é do autor” (TJRJ-8ª Cam. Ap. Rel. Dourado de Gusmão- j. 22.3.83- RT 573/202)*

Portanto, conforme comprovado, não há nexo causalidade entre a morte e o acidente noticiado, confia no alto grau de competência dos Ilustres julgadores, sendo certo que a presente demanda deverá ser reformada e julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487 inciso I do código de processo civil.

### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Assim, restando incontestada a ausência de cobertura para o sinistro noticiado, uma vez que não se trata de acidente de trânsito, se impõe o provimento deste recurso, com a consequente improcedência da presente ação.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

GAMELEIRA, 25 de maio de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na **30225 - OAB/PE** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **SEBASTIANA MARIA FERREIRA**, em curso perante a **ÚNICA VARA CÍVEL** da comarca de **GAMELEIRA**, nos autos do Processo nº 00001771920198172630.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 2020.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819